



UNIVERSIDADES SÔB ATAQUE

Ações contra comunidade acadêmica fazem
parte de projeto da extrema direita **8 a 11**

Relevância da Universidade e Ciência
públicas são tema de documentário **6 e 7**

Possível intervenção dos EUA na eleição
brasileira impõe desafio à democracia **12 e 13**

Em 1889, o economista David Ames Wells afirmava que a situação econômica global daquela época era digna de perplexidade, porque combinava um gigantesco progresso tecnológico e aumento da capacidade produtiva com persistentes dificuldades econômicas. É justamente essa característica da chamada “Longa Depressão” (1873-1896), bem como a sua origem em uma crise financeira, que permite traçar paralelos com a situação mundial posterior a 2008, na qual observa-se uma mudança duradoura nas condições de acumulação capitalista.

Segundo a ONU Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o crescimento mundial médio, que antes de 2008 girava em torno de 4,4% ao ano, sofreu desde então uma queda de mais de 40%, de modo que a projeção para 2026 é de um crescimento de apenas 2,6%. A OCDE estima que a produtividade do trabalho mediana entre seus membros caiu de +2% ao ano, até 2007, para +0,8% em 2024, enquanto a produtividade multifatorial

(indicador da composição orgânica do capital) despencou de +1,5% ao ano para -0,3% em 2024, numa retração de 120%. A extraordinária revolução nas tecnologias de informação e comunicação, o surgimento da economia de plataformas, a inteligência artificial e a robótica não se convertem em aceleração sistêmica da produtividade. O investimento produtivo permanece quase estagnado. Há uma sobreacumulação seletiva, com enormes massas de dinheiro disponíveis, mas concentradas, que não se transformam em capital produtivo. Simultaneamente, a hipertrofia do sistema financeiro só cresce.

As respostas do Estado à crise de 2008 nas economias capitalistas centrais consistiram na socialização das perdas, para evitar uma destruição de capital de grandes proporções, com os governos absorvendo e administrando as contradições da acumulação privada. É nessa chave que a dívida pública global explodiu, atingindo o equivalente a 93,9% do PIB mundial em 2025. A gritaria generalizada por austeridade fiscal, que se fortalece a partir de então, pode ser compreendida como uma tentativa desesperada de salvar as taxas de lucro, criando

mecanismos de distribuição dos custos da crise entre as classes. Não surpreende, portanto, que a OIT registre uma queda anual de mais de US\$2,4 trilhões ao ano na participação global dos rendimentos do trabalho no PIB, quando comparados os níveis de 2004 e 2024.

Traçar comparações com o mais consistente exemplo histórico de que uma longa depressão capitalista pode coexistir com crescimento positivo, desde que insuficiente em relação à massa de capital que busca valorização, é particularmente impor-

tante no momento atual. Isso porque foram duas as principais consequências políticas da conjuntura econômica mundial entre 1873 e 1896. Em primeiro lugar, a crise de uma ordem liberal global altamente financeirizada, naquela altura como agora, intensificou a tendência à concentração e centralização monopolista e desencadeou uma febre protecionista por parte dos Estados, que buscaram exportar capitais através do imperialismo. Ao mesmo tempo, sob o influxo da desorganização social promovida pelo contexto econômico, esse período viu a fragmentação parlamentar crescer, as maiorias governamentais diminuir e os fenômenos de polarização política se acentuarem - foram aqueles os dias que viram a pregação antiliberal, antimoderna, antitrabalhista, extremamente conservadora e religiosa do Partido Social Cristão austríaco de George Schönerer lançar as sementes futuras do nazismo, dentro do qual se contavam vários dos antigos seguidores do “cavaleiro de Rosenau”.

É porque conhecemos o colossal custo humano das “tragédias” desencadeadas pela Longa Depressão que devemos manter toda nossa atenção e esforço em impedir que a história se repita e que os “farsantes” de hoje vendam, sob novas roupagens, os crimes que, um século e meio atrás, seus antecessores apresentavam como soluções.



Expediente

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN

Diretor Responsável:
Diego Ferreira Marques

Edição e Revisão:
Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas:
Bruna Yunes DRT 9045/DF
Renata Maffezoli

Diagramação e arte final:
Silas William Vieira

Fotos:
Elaine Luz/ANDES-SN

imprensa@andes.org.br
andes.org.br

Questões financeiras e organizativas do ANDES-SN serão pauta de evento deliberativo

De 13 a 15 de novembro, a Universidade de Brasília (UnB) sediará o 16° Conad Extraordinário do ANDES-SN. Sob o tema central “Fortalecer o ANDES-SN: questões organizativas, administrativas, políticas e financeiras em debate”, o evento reunirá a categoria docente para discutir propostas de mudanças estruturantes, relativas a finanças, administração e organização do Sindicato Nacional.

O 1º tesoureiro do ANDES-SN, Sérgio Barroso, avalia que esse Conad extraordinário terá uma ampla participação da categoria, devido aos temas abordados. “A expectativa é de participação democrática de toda a categoria, por meio de suas seções sindicais, considerando a quantidade de propostas sobre esses temas das questões organizativas, administrativas e financeiras, que foram apresentadas no 44º Congresso, muitas dessas propostas, inclusive, indicando direções diferentes”, observa.

Entre os temas em debate estão as regras de arrecadação e uso do Fundo Único, normas sobre rateios de Congressos e Conads, e as políticas de apoio às seções sindicais com menos pessoas

sindicalizadas para assegurar sua participação em atividades nacionais. Também estarão em pauta o financiamento das eleições do Sindicato Nacional, formato de votações, composição da diretoria (majoritária ou proporcional, eleições regionalizadas) e a metodologia dos eventos deliberativos nacionais.

Sobre o último tema, o diretor do ANDES-SN lembra que o 69º Conad deliberou pela criação de uma comissão plural, que já está debatendo o assunto e deverá apresentar propostas para avaliação do 16º Conad Extraordinário. “Sobre o tema em debate na Comissão criada no 69º Conad, foi indicada deliberação para o 45º Congresso. Nos demais temas, o conteúdo das deliberações vai depender muito do acúmulo que ocorrerá durante o Conad Extraordinário e do teor das propostas, pois o nosso Estatuto aponta o alcance das deliberações do Conad”, comenta.

Para Barroso, o diálogo e a possibi-

lidade de revisão de questões organizativas da entidade são fundamentais frente às transformações da categoria e das universidades públicas, institutos federais e cefets, nos 45 anos de existência do ANDES-SN. “É necessário que, no nosso sindicato, seguindo sua linha histórica de construções, debates e deliberações pela base, estejamos sempre atentas e atentos a essas mudanças concretas. É importante fazermos, sem receio, as mudanças necessárias para que o nosso sindicato continue forte para fazer os enfrentamentos que a conjuntura nos coloca. E o espaço democrático de debate do Conad Extraordinário vai certamente nos ajudar a encontrar o caminho desse fortalecimento e dessa construção”, enfatiza.

Prazos e credenciamento

As contribuições para o caderno de textos do Conad devem ser enviadas até às 23h59 de 20 de setembro de 2026, para secretaria@andes.org.br. Os textos de apoio e de resolução devem ser oriundos de assembleias de base, diretorias de seções sindicais, diretoria do ANDES-SN ou assinados por cinco sindicalizados. Já o credenciamento prévio ocorre de 11 de agosto a 9 de outubro de 2026, via formulário online. Cada seção elegerá em assembleia um delegado, delegada ou delegade com direito a voto, sendo vedado o voto por procuração ou não presencial.

**16° CO
NAD** 2026

EXTRAORDINÁRIO
DO ANDES-SN

Setor das Ifes indica rodada de assembleias sobre democratização

O Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN indicou a realização de uma rodada de assembleias gerais nas seções sindicais até o dia 28 de setembro. O objetivo central é convocar a base docente para debater e construir coletivamente o posicionamento do Sindicato Nacional em torno de três eixos: a democratização e gestão das instituições, a regulamentação da negociação coletiva (PL 1893/2026) e a campanha salarial de 2027.

O primeiro eixo da convocatória, enviada através da circular 364/2026, exige um debate qualificado sobre a participação e gestão democrática nas Ifes. Após a histórica conquista do fim da lista triplíce, com a aprovação da Lei nº 15.367/2026, o processo eleitoral precisa ser regulamentado de forma a assegurar a plena autono-

mia das universidades. Para subsidiar a representação do ANDES-SN no Grupo de Trabalho do Ministério da Educação (Portaria nº 549/2026), as assembleias devem debater os seguintes pontos: os critérios para a composição do colegiado eleitoral específico; a participação da sociedade civil no pleito; o peso dos votos de cada segmento da comunidade acadêmica (voto universal ou paritário); e a ampliação do direito de candidatura para docentes EBTT e técnicas e técnicos administrativos (TAEs).

Outra pauta prioritária refere-se à autonomia sindical frente ao PL nº 1893/2026, que regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Emendas apresentadas ao texto original dão a associações civis o direito de representação direta em mesas de negociação, esvaziando as entida-

des sindicais legítimas. “Embora se reconheça a importância de termos uma regulamentação, a discussão destacou preocupações acerca do PL e de seus substitutivos, na forma como estão apresentados. Uma das principais preocupações foi a possibilidade de associações exercerem a representação em mesas de negociação, assumindo um papel que é das entidades sindicais”, pontua Daniele Cunha, da coordenação do Setor das Ifes e 1ª vice-presidenta da Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN.

A diretora lembra que a rejeição das entidades sindicais ao texto do terceiro substitutivo e a mobilização fizeram o governo federal retirar a urgência do projeto, possibilitando mais tempo para debate do mesmo.

Por fim, o Setor das Ifes apontou ainda para as assembleias discutir os índices a serem reivindicados na Campanha Salarial de 2027. Levantamento com base em dados do Dieese indica perdas salariais de 21,28% desde 2016, indicando uma recomposição necessária de 27,03%.

“A reunião do Setor das Ifes se consistiu em um momento de compartilhamento e de acúmulo fundamental para que o Sindicato Nacional continue atuando no Fonasefe, no GT sobre a Democratização das IFE e nas lutas de um modo geral, a partir do debate com suas bases e na defesa dos direitos da nossa categoria”, pondera a diretora do ANDES-SN. As contribuições das seções sindicais devem ser enviadas até o dia 29 de setembro à secretaria do Sindicato Nacional através de formulário online.

Foto: Dannyel Simões



Acesse o formulário



XXII Encontro das Iles, Imes e Ides debaterá resistência frente aos desafios da conjuntura

O Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distritais de Ensino Superior (Iles, Imes e Ides) do ANDES-SN realizará seu XXII Encontro, de 27 a 29 de novembro, em Dourados (MS). O evento marca mais de duas décadas de organização coletiva, consolidando-se como instância fundamental para a articulação nacional da categoria docente.

Diante das crescentes ameaças às instituições de ensino superior (IES) e suas comunidades e do desfinanciamento da Educação Superior pública pelos mais variados governos, o evento abordará temas urgentes para fortalecer a mobilização frente aos desafios da conjuntura. Um dos eixos centrais dos debates será o avanço da extrema direita e os ataques fascistas dirigidos às universidades públicas brasileiras.

Segundo Edmilson Aparecido da Silva, coordenador do Setor e 2º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN, essas instituições têm sofrido investidas sistêmicas. "Este tema será discutido em nosso encontro

em novembro, destacando a importância da autonomia de nossas IES, seu papel na defesa da democracia, da ciência e contra o revisionismo histórico", aponta o diretor.

Diversas instituições como as universidades Estadual de Campinas (Unicamp), de São Paulo (USP) e do Estado da Bahia (Uneb) sofreram ações violentas recentes que exemplificam esse cenário. "A educação em nosso país tem um papel estratégico e nossas IES historicamente sempre estiveram ao lado das lutas na defesa do Estado Democrático de Direito. Considerando a atual conjuntura, o tema dialoga centralmente com os desafios que estamos enfrentando", reforça Edmilson.

A sustentabilidade financeira das universidades públicas também terá papel central na pauta, visando o fortalecimento das instituições estaduais, municipais e distritais. Conforme o diretor do ANDES-SN, serão debatidas metodologias de levantamento de dados e feitas análises sobre o Fundo de Financiamento defendido pelo governo Federal.

"Vamos destacar

também os impactos do Propag como disputa de recursos públicos para financiamento de nossas Iles, Imes e Ides, além de outros assuntos, que a coordenação do Setor pode incluir em nossa pauta até o fechamento e divulgação da programação deste importante encontro", acrescenta.

A escolha de Dourados (MS) para sediar o encontro carrega grande simbolismo político. O 2º vice-presidente da Regional Sul lembra que Associação de Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Aduems SSind.) - a seção sindical local - travou uma árdua disputa para se manter no campo combativo e na base do ANDES-SN, uma vitória expressiva reconhecida no 69º Conad. Além disso, a escolha atende ao princípio de garantir o rodízio de seções e regiões que acolhem os eventos do Sindicato Nacional.

Segundo Edmilson da Silva, a expectativa de público é elevada. Projeta-se uma participação superior à do encontro de 2025. "Acreditamos que mais de 50% das seções sindicais do Setor das Iles, Imes e Ides da base do ANDES-SN se façam presentes", prevê o docente, apontando para uma massiva mobilização local e nacional.

Há 22 anos, o Encontro Nacional do Setor das Iles, Imes e Ides consolida-se como espaço fundamental para organização nacional do setor, para a construção de pautas unitárias. Permite ainda aprofundar o conhecimento sobre a realidade e diversidade da categoria docente. "Nesses encontros, o setor consegue pautar temas deliberados em nossos espaços (Congresso e Conad) e debater possíveis resoluções para os próximos Congressos do ANDES-SN", afirma.

UNIVERSIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL: QUEM CONHECE, DEFENDE!



ANDES-SN lança documentário em defesa da educação e ciência públicas

O ANDES-SN lançará, no próximo dia 16, o documentário “Educação e Ciência por um Brasil que dá certo”, que busca reafirmar o papel da educação superior e da ciência públicas na transformação da realidade brasileira. Com direção de André Manfrim, o filme será exibido às 17h, na Casa de Cultura Japonesa, da Universidade de São Paulo (USP), no Campus Butantã, na capital paulista. Estão previstas exibições em outras capitais brasileiras.

A obra é uma iniciativa da Campanha “Lutar não é Crime!”, do Sindicato Nacional, para combater os ataques da extrema direita e as políticas de austeridade dos sucessivos governos à educação superior e à ciência públicas, além de reforçar o papel de ambas na transformação da realidade brasileira. O filme conta com a participação de lideranças estudantis e sindicais, personalidades públicas e brasileiras e brasileiros impactados, cotidianamente, pelo ensino superior e pela ciência.

De acordo com Marcos Soares, 1º vice-presidente da Regional São Paulo do ANDES-SN, mais do que

defender a universidade pública, o filme disputa os sentidos atribuídos à educação, à ciência e ao conhecimento, em um cenário marcado pela disseminação de discursos de desconfiança em relação à produção científica.

“Estamos vivendo um momento histórico de avanço do fascismo, do

conhecimento, sem desconsiderar saberes produzidos por comunidades quilombolas, ribeirinhas e povos originários. Para ele, a desvalorização da universidade e da ciência está inserida em um contexto de avanço da extrema direita e de produção de uma dúvida generalizada, com a disseminação de informações falsas nas redes sociais.

Um exemplo foi a circulação de discursos contrários às vacinas, e à produção científica que ganhou dimensão muito maior durante a pandemia de Covid-19, inclusive com governos difundindo informações que colocavam em dúvida a eficácia da vacinação. Para Soares, a narrativa falsa é uma ferramenta política utilizada pela extrema

direita para produzir caos e desconfiança. “As chamadas deepfakes produzem materialmente mentiras com certo grau de realismo, a chamada sociedade da pós-verdade. Tudo isso me parece produto de um capitalismo decadente, em crise, que joga boa parte de suas fichas nesses mecanismos de manipulação para evitar que a desesperança e a desilusão alimentem a luta”, afirma. Por isso, segundo ele, os ataques às universidades fazem parte de uma disputa mais ampla sobre o papel do conhecimento na sociedade e sobre quem deve acessá-lo.

EDUCAÇÃO E CIÊNCIA por um Brasil que dá certo

protofascismo, que se alimenta da desesperança e da desilusão que a população tem experimentado nos últimos anos. Falamos do Brasil, mas isso também pode ser pensado em uma dimensão mundial: a desesperança produzida pela crise capitalista, pelo desamparo e por aquilo que muitos chamam de crise moral”, diz.

Segundo Soares, o documentário parte da defesa da ciência e reconhece as universidades como espaços privilegiados de produção de

Conhecimento como direito social

Mais de 95% da produção científica do país tem origem nas universidades públicas, e quatro das seis maiores instituições brasileiras em número de pedidos de patentes são universidades públicas, segundo o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi).

As universidades públicas também desempenham papel importante na democratização do acesso ao ensino superior. Nos

salário-mínimo.

Para Marcos Soares, a mobilização em defesa da educação e da ciência públicas passa por reivindicações concretas: financiamento adequado das universidades, expansão com qualidade, políticas de ingresso e permanência estudantil, concursos públicos para docentes e técnicos e técnicas, valorização salarial e garantia de carreiras compatíveis com o trabalho desenvolvido nas instituições.

A defesa de uma universidade plural também integra essa agenda. Entre as lutas destacadas por Soares está a ampliação da presença de docentes negros e negras, conforme estabelece a legislação. A dimensão de gênero também atravessa a produção do conhecimento, diante da desigualdade na distribuição do trabalho de cuidado, que recai majoritariamente sobre as mulheres.

Do documentário à mobilização

A proposta do ANDES-SN é que o lançamento do filme não se encerre na sessão de estreia. A entidade convoca suas seções sindicais a organizarem exposições e debates, ampliando a circulação da produção e

transformando o documentário em instrumento de mobilização. Além do lançamento nacional em São Paulo, estão previstas sessões no Rio de Janeiro, no dia 17; Brasília, no dia 23; Salvador, no dia 24; Manaus, no dia 30; e Curitiba, em 7 de outubro.

Para Soares, aproximar a universidade da sociedade e tornar público o conhecimento produzido dentro das instituições é parte fundamental dessa estratégia. "O primeiro mecanismo, portanto, é publicizar o que fazemos. Outro é combater as políticas de privatização do ensino superior, nas suas mais diferentes formas, porque elas significam também privatizar o conhecimento produzido. Significa adotar uma lógica que transforma o conhecimento em mercadoria. E a escola e a universidade não são uma empresa", ressalta.

Soares reforça que a universidade pública tem a função social de formar novas gerações e produzir conhecimento científico a serviço da sociedade. "O acesso a esse conhecimento é, portanto, um direito das pessoas. Nesse sentido, o conjunto de lutas que o ANDES-SN desenvolve e a campanha 'Educação e Ciência por um Brasil que Dá Certo' são passos nessa direção. É uma denúncia, mas também uma proposta de luta e de mobilização em defesa do conhecimento, da ciência e das universidades públicas", conclui o diretor do Sindicato Nacional.

últimos 20 anos, a presença de estudantes negros e negras nessas instituições cresceu mais de 22%, chegando a 51,2% das matrículas. Atualmente, 64,7% das e dos estudantes das universidades públicas são oriundos integral ou majoritariamente de escolas públicas, enquanto 70,1% pertencem a famílias com renda mensal per capita de até 1,5

Serviço

Educação e Ciência por um Brasil que dá certo
Documentário | 2026 | Direção: André Manfrim | 25 minutos
Produção: ANDES-SN e Cajuína Filmes
Classificação: Livre
Lançamento nacional: 16 de setembro, às 17h
Local: Casa de Cultura Japonesa da USP – Campus Butantã/SP

Em ano eleitoral, extrema direita amplia ataques às universidades públicas



As universidades públicas brasileiras estão no centro de uma ofensiva que combina violência política, intimidação, campanhas de desinformação e ataques à legitimidade da ciência e do pensamento crítico. Em ano eleitoral, os episódios registrados em diversas instituições mostram que a disputa não se limita às redes sociais. Grupos e políticos de extrema direita têm ocupado espaços universitários, provocado confrontos e transformado os episódios em conteúdo de repercussão política. A ofensiva também alcança a autonomia, o financiamento e a definição das pesquisas realizadas nas instituições públicas.

Na avaliação de Roberto Leher, professor e ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), trata-se de uma estratégia da chamada guerra cultural. “As ações performáticas da extrema direita não têm qualquer relação com o debate de ideias”, afirma. Para ele, os ataques têm como foco a legitimidade das universidades, justamente em um momento de transformação do perfil socioeconômico e racial de suas comunidades e de ampliação de pesquisas sobre temas como imperialismo, racismo, plataformização do trabalho, sexualidade, clima e vacinas.

Segundo o professor, a ofensiva combina a atuação da extrema direita com a austeridade neoliberal, em um processo de desqualificação das instituições públicas e de pressão para que elas se submetam a interesses externos. “As pesquisas de opinião

que hoje registram desconfiança em relação às universidades não medem a realidade das salas de aula: medem o êxito dessa campanha. Umberto Eco advertiu que a recusa da racionalidade e do pensamento crítico é a essência do fascismo, que usa o debate apenas como tática”, disse.

Para Leher, a intolerância não vem da esquerda, mas sim das think tanks, que são aparelhos ideológicos privados (Atlas Network, FIRE, Heterodox Academy, Instituto Manhattan),

que buscam a hegemonia neoliberal e a desestruturação do Estado de bem-estar social por meio de seus aparelhos locais (Instituto Sivis, MBL, Brasil Paralelo, editoriais dos grandes grupos de imprensa), que, conforme ele, “forjam uma imagem negativa para, a seguir, tentar silenciá-la por meio da neutralidade institucional, em detrimento de sua autonomia”.

Ataques

Nas últimas décadas, a educação se tornou um dos principais alvos da extrema direita, que passou a associar escolas e universidades a ideias como “esquerdismo”, “ideologização” e “antipatriotismo”. Com raízes em movimentos como o ‘Escola sem Partido’, essa ofensiva ganhou força a partir de 2013 e se intensificou durante o ciclo bolsonarista, atingindo especialmente as ciências humanas e a liberdade de cátedra. Desde então, docentes e instituições públicas de



ensino passaram a ser apresentados como inimigos políticos, enquanto as redes sociais ampliaram a circulação de acusações contra a educação e a ciência. Veja a cronologia abaixo.

Pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) analisaram invasões à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e identificaram uma dinâmica de “performances políticas e simbólicas”, nas quais ações presenciais são registradas e posteriormente convertidas em conteúdo para as redes. De acordo com o artigo publicado este ano, o conflito ultrapassa o espaço físico do campus e passa a alimentar narrativas que apresentam a universidade como território de uma suposta disputa ideológica.

Ciência, pesquisa e autonomia

A ofensiva, porém, não se limita à imagem das instituições. Ela envolve também a disputa sobre financia-

mento, autonomia e finalidade da produção científica. “As universidades públicas brasileiras são responsáveis por mais de 90% do conhecimento produzido e registrado no campo da ciência e da tecnologia”, segundo o docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Rodrigo Pereira. Para ele, essa capacidade está diretamente relacionada à autonomia da comunidade universitária para definir objetos de pesquisa e produzir conhecimento socialmente referenciado.

“O volume desse conhecimento advém exatamente da autonomia que os professores e a comunidade universitária têm de produzir conhecimentos que interessem à sociedade”, afirma. Segundo Pereira, propostas que alteram a autonomia, a gestão e o financiamento das universidades podem significar uma tentativa de tutelar o conhecimento produzido em seu interior.

O contingenciamento de recursos públicos acrescenta uma dimensão material ao problema. Em junho, o ANDES-SN denunciou o bloqueio de cerca de R\$ 300 milhões do orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de um total de R\$ 23,6 bilhões do Orçamento da União. Também foram bloqueados R\$ 1,6 bilhão do Ministério da Educação e R\$ 490,1 milhões do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Apesar do descontingenciamento de R\$ 5,7 bilhões no fim do mês, cerca de R\$ 17,9 bilhões permanecem bloqueados no Orçamento Federal de 2026.

É nesse terreno que aparecem propostas de alteração do papel das universidades, como a do candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL), que prevê retirar as universidades federais da estrutura do MEC e trans-

feri-las para o MCTI. O documento também defende que as agências de fomento priorizem pesquisas com impacto produtivo e maior aproximação com as demandas das empresas.

“A tarefa-mãe das universidades é a produção e a socialização desse conhecimento. E isso se faz com financiamento robusto, que advém da vinculação constitucional de, no mínimo, 18% do que é arrecadado da cesta de impostos no Brasil para a educação pública. Nesse sentido, é fundamental a luta em defesa não só da manutenção do financiamento das universidades vinculadas ao MEC, como também a luta pela ampliação dos investimentos em educação, como diz o PNE, de, no mínimo, 10% do PIB para a educação”, ressaltou Rodrigo.

O docente também chamou atenção para mecanismos que já influenciam a definição das agendas de pesquisa. Segundo ele, projetos submetidos ao CNPq e à Capes precisam, em determinadas chamadas, estabelecer relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que contém 17 metas da ONU. Na avaliação de Pereira, esse tipo de direcionamento, assim como a vinculação crescente das pesquisas aos interesses da iniciativa privada, pode reduzir o espaço para a pesquisa básica e para áreas como as ciências humanas.

“O direcionamento das pesquisas representa uma ameaça, não só para a pesquisa básica, para a educação, para as ciências humanas, como para a própria concepção da função social da educação pública no nosso país”, afirma. Para ele, a função social da universidade é produzir conhecimento crítico e engajado para enfrentar problemas de uma sociedade marcada por profundas desigualdades econômicas e sociais.

Democratização

A disputa sobre o projeto de universidade também passa por uma transformação ocorrida dentro das

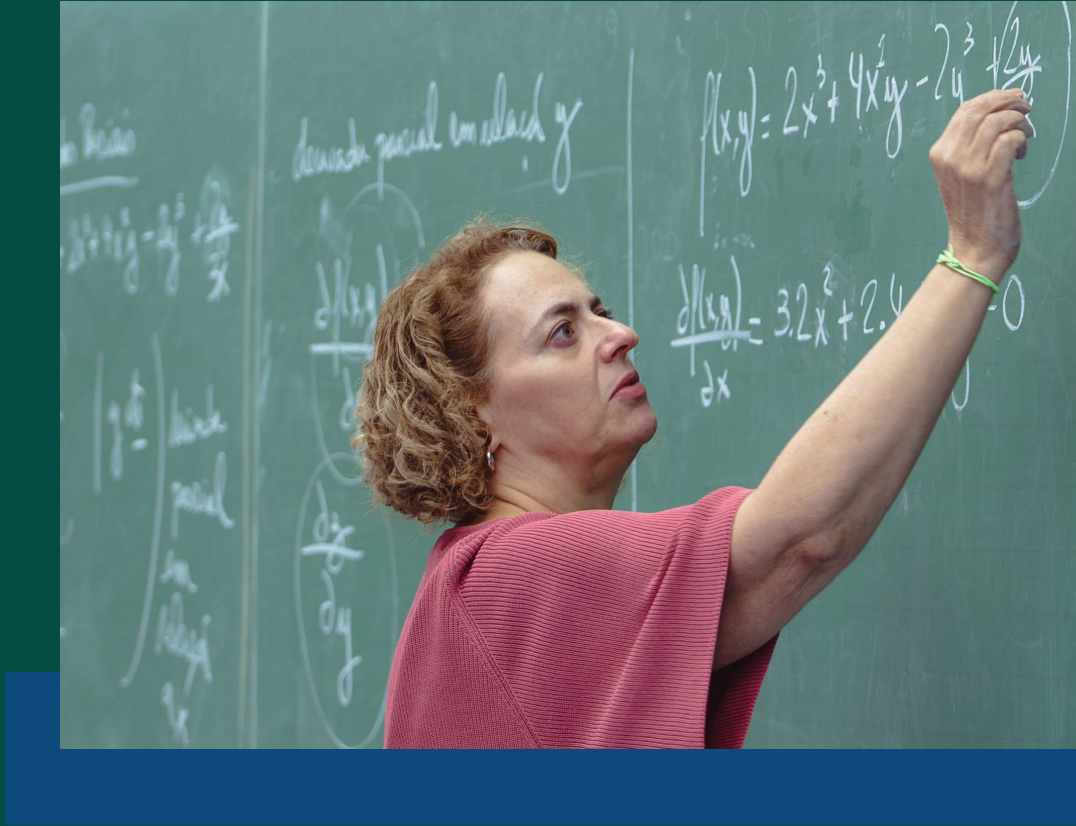


próprias instituições, como a ampliação do acesso de estudantes negros e negras e de filhos e filhas da classe trabalhadora. Segundo Pereira, as políticas de ações afirmativas, implementadas progressivamente na legislação brasileira desde o início dos anos 2000, contribuíram para mudar o perfil das universidades públicas. “Hoje, mais de 50% das e dos estudantes dessas instituições são pretos e pardos”, observa. Apesar dos avanços, conforme ele, o percentual está aquém da representação de pretas, pretos, pardas e pardos na sociedade brasileira.

“É justamente a ampliação da presença de pretos e pardos e de filhos e filhas da classe trabalhadora na universidade que tem gerado esse conjunto de ataques às universidades públicas brasileiras”, avalia. O professor recorre ao conceito de “pacto da branquitude”, formulado pela pesquisadora Cida Bento, para interpretar a resistência às políticas que alteraram a composição social e racial das instituições.

Para Annie Hsiou, 3ª vice-presidenta do ANDES-SN, a disputa expressa dois projetos antagônicos de universidade. “De um lado, uma universidade pública, gratuita, democrática, autônoma e socialmente referenciada; de outro, uma universidade precarizada, subordinada à lógica empresarial, ao financiamento privado, aos interesses do mercado e ao cerceamento do pensamento crítico e das liberdades democráticas”, afirma.

Segundo a diretora do Sindicato Nacional, a ofensiva da extrema direita integra um projeto mais amplo de redução do papel do Estado e avanço dos interesses privados sobre as instituições de ensino superior. “Ao atacar a autonomia universitária, a liberdade acadêmica, o financiamento público e a própria legitimidade da ciência, disseminando o negacionismo, esse projeto favorece a submissão da produção do conhecimento à lógica do mercado e



às demandas do capital”, analisa.

Plataformização do ensino

Roberto Leher chama a atenção ainda para a dependência tecnológica e para a crescente plataformização do ensino. Para o ex-reitor da UFRJ, quando infraestrutura digital, aulas e avaliações passam a depender de grandes empresas, também entra em disputa o controle sobre as condições de produção e circulação do conhecimento. “Quem controla a infraestrutura digital do ensino controla o que pode ser dado a conhecer”, afirma.

O professor cita ainda o debate nos Estados Unidos sobre políticas de neutralidade institucional e os efeitos da pressão política sobre as universidades. Conforme Leher, o processo demonstra os riscos de uma concepção de autonomia reduzida ao silêncio institucional diante de ataques externos.

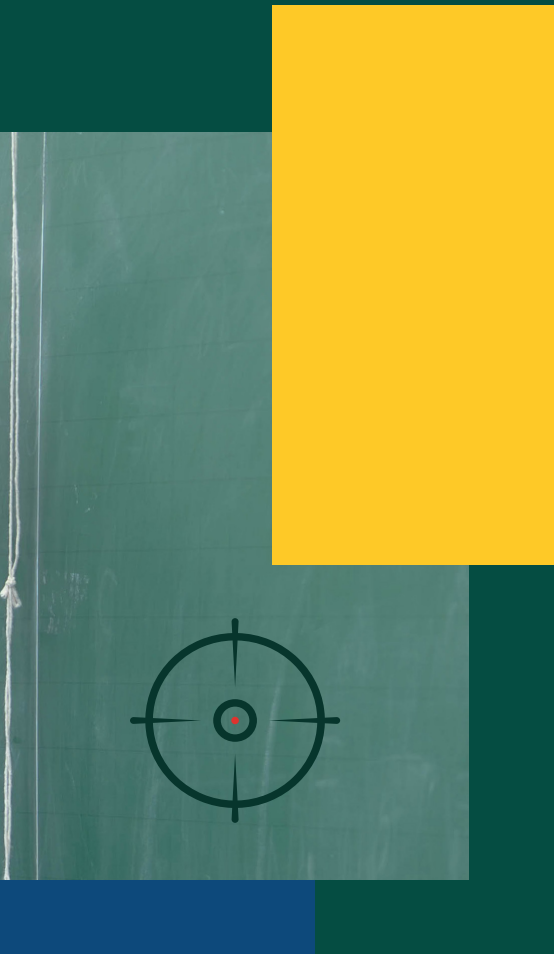
“Das 148 universidades estadunidenses que adotaram a neutralidade institucional, 140 o fizeram após 2024 — sob pressão dos think tanks e no contexto dos acampamentos por Gaza. Berkeley [Universidade da

Califórnia], que adota a neutralidade, enviou ao governo um dossiê com 160 docentes tidos como antissemitas e antiamericanos: macartismo produzido pelo próprio silêncio institucional, sob pressão dos cortes federais”, conta. A alternativa, para ele, é fortalecer a autonomia universitária, o autogoverno compartilhado, o pluralismo teórico e o financiamento público de manutenção e desenvolvimento.

Soberania em disputa

Annie Hsiou avalia que a ofensiva da extrema direita, a pressão dos Estados Unidos e a proximidade das eleições de 2026 fazem parte de um debate mais amplo sobre os rumos do Estado brasileiro e sua capacidade de definir autonomamente prioridades econômicas, sociais, científicas e tecnológicas.

A diretora do Sindicato Nacional relaciona essa questão ao financiamento público e à disputa por recursos estratégicos. “O desfinanciamento, a privatização e a submissão da pesquisa às demandas do mercado, bem como a entrega de patrimônios naturais e minerais estratégicos,



como as terras raras, fragilizam essa soberania”, afirma, acrescentando que a lógica de expropriação e pilhagem do capitalismo atinge especialmente os países do Sul Global.

Lutar Não é Crime

Diante da crescente onda de intolerância e violência, o ANDES-SN reforça a mobilização de docentes, estudantes e técnicas e técnicos administrativos em defesa das universidades públicas, da autonomia universitária e da liberdade de expressão e de cátedra. Durante o 69º Conad, a categoria reafirmou a luta contra a extrema direita e definiu como prioridade impedir seu avanço nas ruas e nas urnas.

Nesse contexto, o Sindicato Nacional intensifica a campanha “Lutar Não é Crime!”, com foco na defesa das universidades e das liberdades acadêmicas. Como parte da iniciativa, lançará, em 16 de setembro, o documentário “Educação e Ciência por um Brasil que dá certo”, que denuncia os ataques da extrema direita e das políticas de austeridade à educação superior e à ciência públicas e

reforça o papel de ambas na transformação da realidade brasileira.

Para Annie Hsiou, defender a universidade pública, a ciência e o desenvolvimento tecnológico públicos e a autonomia universitária é “parte da luta por soberania, democracia e por um projeto de país comprometido com os interesses da classe trabalhadora”, conclui a diretora do Sindicato Nacional.

Cronologia

Fevereiro: Um grupo invadiu a recepção de calouros da Unicamp, em Barão Geraldo (SP), e pintou de branco o muro da biblioteca, apagando grafites de artistas da comunidade acadêmica. A ação provocou agressões e ameaças contra estudantes. Dias antes, uma parede havia recebido mensagens contra a comunidade trans.

Março: Pessoas ficaram feridas durante uma ação protagonizada pelo vereador paulistano Lucas Pavanato (PL) nas proximidades da FFLCH/USP. Seguranças que acompanhavam o parlamentar usaram spray de pimenta e agrediram estudantes.

Abril: Na UFMG, dois pré-candidatos de extrema direita, ligados ao União Brasil e ao PL, invadiram a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas levando cartazes de Jair Bolsonaro e provocando estudantes. A ação acabou em violência, e a segurança da instituição de ensino interveio.

Mai: O vereador Coronel Rosses (PL), acompanhado de seguranças e influenciadores digitais, entrou no Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da UFAM para retirar cartazes de manifestações estudantis. A ação terminou em confronto com estudantes e com o professor de História Luiz Antonio de Souza.

Junho: Um grupo liderado por um pré-candidato a deputado federal invadiu a UFSCar (SP) e promoveu ações de vandalismo, intimidação e incitação à violência.

Julho: Um grupo de integrantes do MBL interrompeu uma aula magna do ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT), na Unicamp. O episódio resultou em troca de agressões entre participantes do ato e integrantes do movimento, do lado de fora do Teatro de Arena.

Agosto: Militantes da extrema direita entraram no Campus do Vale na UFRGS, retiraram cartazes do movimento estudantil e cobriram com tinta branca palavras de ordem contra a ditadura empresarial militar e o feminicídio e, ainda, intimidaram estudantes.

Na Bahia, o deputado estadual Diego Castro (PL) e integrantes de sua equipe retiraram cartazes dos corredores da Faculdade de Comunicação da UFBA, durante uma atividade de recepção a estudantes ingressantes. A ação foi marcada por agressões verbais e físicas contra integrantes da comunidade universitária.

Uso político

Um levantamento da Agência Pública identificou que, de 2022 (últimas eleições gerais) até 2025, ao menos 18 parlamentares, a maioria do Partido Liberal (PL), realizaram ataques a docentes com o intuito de ascender politicamente.

Ofensiva dos EUA amplia disputa na América Latina e liga alerta sobre eleição

A história recente da América Latina é marcada por investidas contra a autodeterminação dos povos e a soberania dos Estados. Golpes, sanções econômicas, pressões diplomáticas, operações de desestabilização e apoio a forças políticas alinhadas aos interesses de Washington atravessam diferentes períodos da história da região. No cenário atual, o avanço de uma política externa mais agressiva dos Estados Unidos realoca a América Latina no centro das disputas geopolíticas e acende o alerta sobre possíveis tentativas de interferência nos processos políticos e eleitorais dos países latinos.

No Brasil, a eleição presidencial de 2026 ocorre em meio ao agravamento das tensões entre os governos brasileiro e estadunidense. Tarifas comerciais, sanções contra autoridades, disputas diplomáticas e iniciativas relacionadas ao processo eleitoral passa-

ram a integrar a relação entre os dois países. Em julho, o governo brasileiro negou vistos a dois funcionários do Departamento de Estado dos EUA, que pretendiam viajar ao Brasil para questionar o sistema eleitoral. O pedido para entrada no país ocorreu após um evento em que políticos brasileiros se reuniram com diplomatas para levantar suspeitas sobre as urnas eletrônicas.

O alerta também aparece na percepção da própria população. Pesquisa Datafolha divulgada em 22 de agosto mostra que metade do eleitorado brasileiro (50%) considera possível uma interferência estrangeira nas eleições de 2026, enquanto 43% descartam essa hipótese.

De acordo com o jornalista e correspondente internacional Jamil Chade, a eleição brasileira será um teste para a democracia do país e para a autonomia política da América Latina. "A eleição no Brasil talvez seja uma das mais ob-

ser-
va-
das
do
mundo
em 2026,
por vários aspec-
tos. O primeiro ponto

é saber se uma democracia do tamanho da brasileira consegue resistir ou não a uma ingerência externa. O segundo aspecto que será testado é o que fará Donald Trump caso perca essa eleição. Ele vai reconhecer o resultado? Se não reconhecer, que tipo de crise poderá ser instaurada na América Latina? Ainda temos condições, na América Latina, de ter países autônomos ou não? Essa eleição é muito importante e vai além de Lula. É uma eleição para entendermos qual será a posição do Brasil e qual será o lugar da democracia em um projeto que deliberadamente tem como objetivo suprimir a soberania de toda essa região", destacou.

Ofensiva na América Latina

A atuação dos Estados Unidos na América Latina não é um fenômeno novo. Ao longo do século 20, Washington participou direta ou indiretamente de processos de desestabilização de



Soberania

A soberania brasileira não se resume à defesa territorial, mas à capacidade de construir um projeto próprio de desenvolvimento social, tecnológico, cultural e educacional. Nesse sentido, conforme Jamil Chade, a universidade pública e as instituições de ensino superior cumprem um papel fundamental na produção científica e na preservação da democracia.

Para ele, escolas, universidades e espaços comunitários são as verdadeiras "trincheiras" da democracia. O jornalista pontua que episódios recentes nos EUA — onde universidades centenárias cederam a pressões políticas e financeiras do governo Trump — mostram a urgência de defender a autonomia acadêmica.

Para Chade, o episódio demonstra a importância de preservar a autonomia universitária e não ceder diante de pressões autoritárias. "Se não houver a trincheira da educação e da universidade, esse será um dos maiores avanços que o fascismo poderá celebrar. Enquanto a ameaça fascista existir, vamos ter que nos posicionar de uma forma extremamente firme ou a história não nos perdoará", concluiu.



Fórum reivindica a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade

Ao entregar seu relatório, em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) denunciou que mais de 8.300 indígenas foram assassinados pelo regime ditatorial brasileiro. Uma das recomendações feitas pela CNV foi a criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, o que até hoje não aconteceu.

Diante do descaso do Estado com a violência contínua contra os povos indígenas, em 2024 foi criado o Fórum: Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas. O espaço tem a participação de mais de 60 instituições, incluindo o ANDES-SN, que deliberou pela adesão no seu 44º Congresso, em março deste ano.

Em entrevista ao InformANDES, Paulino Montejo, um dos fundadores da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e assessor de seu Departamento Político, discute a criação do Fórum Memória, Verdade, Reparação Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas.

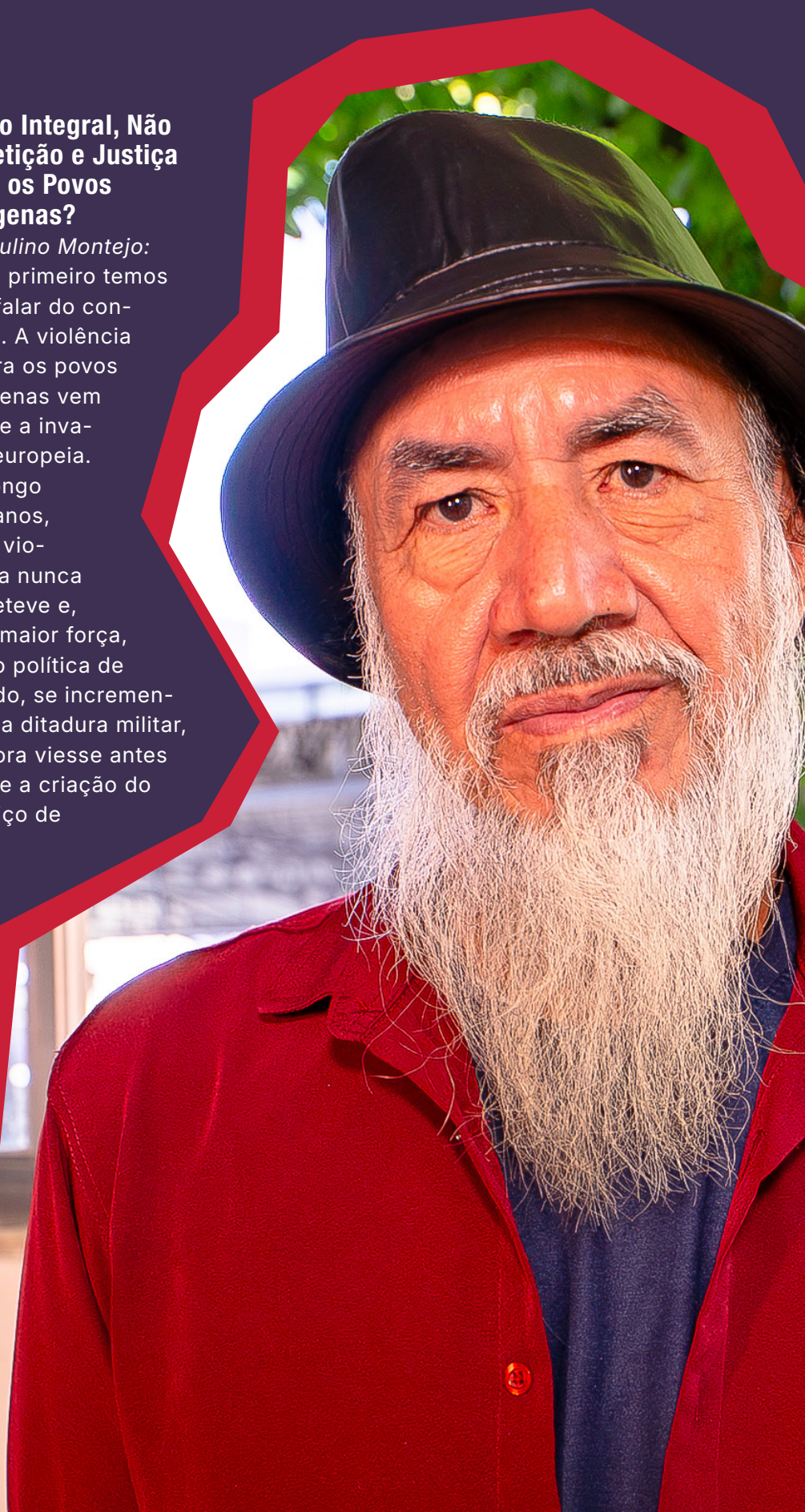
Montejo analisa a violência histórica sofrida pelos povos originários desde a invasão europeia, passando pela ditadura empresarial-militar até os dias atuais. Ele destaca a urgência de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade e a somatória de forças com o sindicato docente para impulsionar essa luta por justiça.

InformANDES: Com qual objetivo foi criado o Fórum Memória, Verdade, Repa-

ração Integral, Não Repetição e Justiça para os Povos Indígenas?

Paulino Montejo: Bom, primeiro temos que falar do contexto. A violência contra os povos indígenas vem desde a invasão europeia. Ao longo dos anos, essa violência nunca se deteve e, com maior força, como política de Estado, se incrementou na ditadura militar, embora viesse antes desde a criação do Serviço de Pro-

teção ao Índio (SPI). A Comissão Nacional da Verdade, depois de trabalhar entre 2012 e 2014, mesmo de forma tangencial, tratou a questão indígena, reconhecendo essa violência institucional contra os povos indígenas, que envolveu



perseguição, assassinatos, envenenamentos, trabalho forçado, remoções forçadas, expulsões dos territórios, e assim por diante.

Após reconhecer essas violências como prática de Estado, entre as 13 recomendações que apresentou, a CNV indicou a criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade e a demarcação das terras indígenas como medidas reparatórias. Passaram-se dez anos, o movimento indígena e sua rede de aliados na sociedade civil - organizações e movimentos sociais - descobriram que, até o momento, o Estado não deu nenhum passo

para frente no sentido de implementar as recomendações da Comissão.

A partir de uma iniciativa da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, o Observatório de Direitos Humanos Indígenas e Políticas Indígenas da Universidade de Brasília e o Instituto Relacional de São Paulo, investiram na formação de pesquisadores indígenas e no aprofundamento [do

estudo] de alguns casos de violações. Mas achamos que era preciso ampliar essa cobertura de identificação de casos de violações. Nesse contexto, para fazer valer a recomendação da Comissão Nacional da Verdade, e considerando que as violações continuam, achamos necessário, e até urgente, que se trabalhe na pesquisa, no levantamento desses casos, visando, a médio-longo prazo, uma política reparatória, de não repetição e de justiça para os povos indígenas. Obviamente, partindo do necessário trabalho de memória e verdade. A sociedade brasileira, não apenas os povos indígenas, precisa que a verdade seja restaurada.

A Comissão Nacional Indígena da Verdade é a reivindicação máxima que nós estamos pleiteando para que se possa ir fundo nas investigações, e que, na sequência, o Estado proceda a fazer as reparações devidas, principalmente através de políticas públicas que coloquem fim a essa política de exclusão, de marginalização e de violência contra os povos indígenas.

InformANDES: Por que é tão difícil avançar na concretização da Comissão Nacional Indígena da Verdade?

PM: Certamente há dificuldade, imagino que por interferência dos militares ou pela prudência, delicadeza do atual governo para não criar atritos com as Forças Armadas. Mas, no nosso entendimento, a investigação sobre a violência e a violação dos direitos dos povos indígenas não necessariamente se restringe só ao período da ditadura cívico-militar empresarial. Porque, desde antes, sempre os povos

foram violados e são até os dias atuais. Então, não entendemos por que há o medo de instalar uma comissão que verifique esse passado violento no intuito de evitar que ele continue e se repita. Lamentamos a falta de iniciativa no sentido de viabilizar a Comissão. Esperamos que, até o fim do governo Lula, essa proposta seja viabilizada. E, se por acaso não acontecer e se por acaso o governo Lula for reeleito, esperamos que ele, coerentemente, instale e atenda essa reivindicação histórica e fundamental para os povos indígenas.

InformANDES: Como o Fórum recebe a integração do ANDES-SN? Qual a avaliação de ter uma entidade sindical docente somando esforços nesse espaço?

PM: Para nós, o ANDES-SN é bem-vindo, até porque nós precisamos nos adentrar nas universidades para que, no processo de criação de conhecimento, as novas gerações entendam que o Brasil, desde 1988, é reconhecido como Estado multiétnico e pluricultural, no qual se garante direito de organização, crenças, tradições e costumes dos povos indígenas, além do seu direito originário às terras que, tradicionalmente, ocupam. No artigo 231 e no artigo 232 da Constituição, é reconhecida claramente a autonomia dos povos indígenas. E os acadêmicos, geralmente, não têm noção dessas informações. É preciso que a sociedade brasileira entenda que esse país é plural, diverso, e que os povos indígenas sejam respeitados tanto quanto os cidadãos da área urbana, até porque a preservação da Mãe Natureza depende dos povos indígenas e de outras populações que vivem nos territórios Brasil afora.

Clique no QR CODE para assistir à entrevista completa com Paulino Montejo.



Alerta de Super El Niño impõe debate sobre **enfrentamento ao racismo ambiental**

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) confirmou o novo El Niño, acendendo um alerta global sobre o aumento de temperaturas e alteração nas chuvas. No Brasil, esses impactos não se distribuem de forma igualitária: a crise climática e eventos extremos atingem com muito mais violência populações negras, pobres, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Este cenário evidencia a urgência de debater o racismo ambiental, conceito que explica por que tragédias climáticas têm cor e classe social definidas. Thaynah Gutierrez, assessora de Clima e Racismo Ambiental do Geledés - Instituto da Mulher Negra, explica a origem do termo. Criado nos Estados Unidos (EUA) por movimentos negros na Carolina do Norte, o conceito denunciou a decisão política do Estado de colocar indústrias poluentes em bairros onde havia predominância da população negra.

No Brasil, o conceito foi articulado por movimentos do Norte para evidenciar desigualdades urbanas e ambientais, denunciando os territórios vulnerabilizados, escolhidos para sofrer retrocessos ecológicos em nome do "progresso". Segundo a assessora do Geledés, essas áreas são chamadas de "zonas de sacrifício". Exemplo recente são as áreas escolhidas para a instalação dos centros de dados, que consomem quantidade excessiva de recursos hídricos.

"O racismo ambiental não significa dizer que populações negras, por serem negras, sofrem mais impactos

ambientais e climáticos", observa Gutierrez. "Significa dizer que as desigualdades raciais que estruturam a nossa sociedade e a forma como as políticas são construídas fazem com que a desigualdade climática e ambiental seja mais danosa para nós, porque essa desigualdade estrutural se acumula com essa desigualdade ambiental e climática", afirma.

Essa sobreposição se manifesta de forma mais explícita diante de eventos como o Super El Niño. Embora natural, seus efeitos são agravados pela queima de combustíveis fósseis, desmatamento e expansão da agropecuária. "Esse fenômeno, que era natural, passa a ser associado à crise climática, porque ele tem um novo comportamento, mais danoso, mais nocivo para a saúde, para a segurança alimentar e segurança hídrica da população", alerta Thaynah.

Diante disso, a assessora do Geledés ressalta que as medidas governamentais são insuficientes. Para ela, embora haja maior inserção da agenda climática nos estados e municípios se comparado a dez anos atrás, as políticas precisam de priorização. Segundo a plataforma Adapta Brasil (MCTI), 65% dos municípios brasileiros têm baixa capacidade de adaptação.

"Infelizmente, a dificuldade de se reconhecer que nem todo

mundo sofre a crise climática da mesma maneira, faz com que a gente tenha muitos instrumentos de política pública hoje que não endereçam exatamente o problema que precisa ser enfrentado, porque não tem uma lógica de priorização", acrescenta.

Conforme Thaynah Gutierrez, as respostas universais do Estado são insuficientes e as ações focalizadas devem ser simultâneas. "Não há mais essa possibilidade de esperar os sistemas universalizantes das políticas ambientais e climáticas funcionarem para a gente dar conta dessa política focalizada. As duas coisas precisam acontecer ao mesmo tempo", cobra. "É por essa razão que a gente defende uma agenda de adaptação climática antirracista, que fortaleça uma perspectiva de reconstrução dos territórios, priorizando aqueles territórios que estão morrendo e sendo devastados primeiro", conclui.